

CAIXA FAZ FORTE PRESSÃO SOBRE OS EMPREGADOS

Sindicatos de bancários de todo o país têm recebido reclamações sobre as novas metas impostas pelo banco, com curva de crescimento de mais de 100% de um mês para o outro. Algumas deveriam ter sido cumpridas desde o início do ano, mas a regra foi definida somente agora. **PÁGINA 3**

TÁ FÁCIL NÃO!

Empregados ainda sofrem com problemas antigos

PACTU

Jornal dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava



www.cut.com.br



www.contrafcut.com.br



www.fetecpr.org.br

ANO 28 - NÚMERO 430
14 A 19/08/2023

BANCÁRIOS DEBATERAM MUDANÇAS E APROVARAM LUTA PELA DEMOCRACIA

As constantes mudanças no sistema financeiro com impactos na categoria bancária, a Reforma Trabalhista como instrumento de combate às desigualdades, democracia e regulamentação digital para a evolução humana foram alguns dos temas debatidos durante a 25ª Conferência Nacional dos Bancários. O evento foi realizado em São Paulo, nos dias 4, 5 e 6 de agosto, e

reuniu delegados e delegadas de todas as regiões do país. Os debates apontaram a necessidade de ampliar a luta por reforma tributária com distribuição de renda, regulamentação das plataformas digitais, melhorar as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores, defender os bancos públicos e consolidar a democracia.

PÁGINA 3

Imunes à crise, bancos continuam faturando alto



Mais de R\$ 30 bilhões. Essa é a soma do faturamento do Santander, Bradesco e do Itaú somente no primeiro semestre deste ano. Enquanto lucram alto, os bancos continuam fechando agências e demitindo. **PÁGINA 3**

Copel é privatizada após decisão do TCU



Após o Tribunal de Contas da União votar isentando a Copel do pagamento do bônus de outorga pela concessão de três hidrelétricas, a de Foz do Areia, de Segredo e de Salto Caxias, o governo Ratinho Junior finalmente conseguiu o que queria: entregar o que restava da Copel à iniciativa privada. Denúncias apontam uma série de irregularidades no processo.

PÁGINA 4

Assédio Moral preocupa a categoria bancária



A recente Consulta Nacional aos bancários e bancárias de todo o Brasil apontou que a pressão por metas é uma das principais reclamações da categoria. Apesar do esforço do movimento sindical com iniciativas como a campanha “Menos Metas, Mais Saúde”, lançada pela Contraf-CUT, em abril deste ano, o assédio moral tem se transformado numa “epidemia” dentro dos bancos e é preocupante. **PÁGINA 2**

Assédio moral nos bancos: UM PROBLEMA SÉRIO E PREOCUPANTE

Nem mesmo os trabalhadores em home office estão imunes, o que tem causado uma série de transtornos na vida de bancárias e bancários em todo o país

O assédio moral se transformou numa verdadeira “epidemia” dentro dos bancos. A mudança no perfil do sistema financeiro, intimamente relacionada às pressões por metas, acúmulos de funções e à sobrecarga de trabalho caracterizam a realidade da categoria bancária nos dias de hoje. Cada vez mais, bancários e bancárias sofrem com os prejuízos físicos e psicológicos decorrentes dessa prática criminosa nos ambientes de trabalho. Apesar da intensa luta dos sindicatos para combater o problema, nos últimos anos o assédio moral tem aumentado, gerando um grande número de trabalhadores doentes, afastamentos e ações judiciais.

O movimento sindical tem travado uma verdadeira batalha contra os bancos, no sentido de combater o assédio moral no ambiente de trabalho. Ouve avanços em relação ao tema na Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024. Denúncias e campanhas são feitas constantemente, mas o problema persiste. É chocante observar que, quanto mais ricos ficam os banqueiros, mais esvaziadas

estão as agências no que se refere ao número de empregados. E aos que ficam, resta acúmulo de funções, pressão e assédio.

A exigência do cumprimento de metas absurdas gera inúmeros problemas físicos e emocionais, atinge a autoestima e fere a dignidade e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

O assédio moral faz adoecer física e mentalmente muitos deles, levando-os ao afastamento do trabalho. As estatísticas são preocupantes. Dados do INSS demonstram que, apesar de representar cerca de 1% do emprego formal no Brasil, em 2022 a categoria bancária representou 25% dos afastamentos acidentários por doenças mentais e comportamentais no país.

Segundo levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), nos últimos cinco anos, o número de afastamentos nos bancos aumentou 26,2%, enquanto no geral a variação foi de 15,4%. A variação entre os bancários foi 1,7 vezes maior do que a média dos outros setores.

Quais impactos a cobrança excessiva pelo cumprimento de metas causam à sua saúde?

Múltipla escolha: soma maior que 100%



Base de respostas da Consulta Nacional dos Bancários 2023: 19.967. *Para opção “crise de ansiedade/pânico” a base de respostas é de 16.828, pois o questionário impresso aplicado pelo Seeb-SP não constou com essa opção.

Assédio por mensagem também **É CRIME**

Com a mudança de perfil dos bancos, muitos bancários e bancárias passaram a ter o celular como uma ferramenta de trabalho. Inclusive aqueles que trabalham em home office. Com essa mudança, o assédio moral também passou a assumir nova forma: o assédio virtual. Ele é identificado pelo comportamento agressivo e habitual que se dá no meio digital, onde o assediador utiliza a internet para ofender, hostilizar, importunar, intimidar ou perseguir um colega. E pode ser constatado por comentários sexuais ou pejorativos ou divulgação de dados ou informações pessoais, entre outras.

Para se defenderem contra essa forma de assédio, os bancários e bancárias podem se amparar no texto da Cláusula 39 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Essa cláusula, considerada um avanço na luta contra o assédio moral nos bancos, veda ao gestor a cobrança de cumprimento de resultados ou qualquer outro tipo de assédio por mensagens, no telefone particular ou no e-mail do empregado. A mesma cláusula também proíbe ao banco a exposição pública de ranking de produção individual de seus empregados. Se essas regras forem quebradas, o bancário ou bancária poderá acionar o sindicato, que poderá acionar o banco pelo descumprimento da CCT.

Convenção Coletiva garante sigilo na denúncia



A principal orientação do movimento sindical é não silenciar. Em regra, o silêncio só fortalece o assediador, enquanto o trabalhador é destruído psicologicamente. O bancário ou a bancária que estiver sendo vítima de assédio moral ou for testemunha dessa prática contra algum colega, poderá formular a denúncia diretamente ao banco ou ao sindicato, sem que seu nome seja revelado.

Essa garantia consta da Cláusula 61 da Convenção Coletiva de Trabalho, denominada de “prevenção de conflitos no local de trabalho”. É muito importante, em primeiro lugar, reunir provas, anotando com detalhes a data, a hora e o local do fato, e listar os nomes dos que testemunharam. A Cláusula 61 garante a investigação das denúncias de assédio moral e o comprometimento dos bancos para o monitoramento de resultados “com equilíbrio e respeito”. Isso significa que os bancos devem receber a denúncia através de canais específicos, investigar qualquer ato de assédio e garantir o anonimato do fato e do denunciante. Entre outras coisas, a Cláusula assegura que a apuração dos fatos deverá ser concluída em até 45 dias e, caso a denúncia seja procedente, o banco avaliará a possibilidade de realocação do empregado para outra dependência.

Você usou medicamentos controlados nos últimos 12 meses?

Sim; 41,9%

35,5% em 2022

Não; 57,8%



Delegação do Pactu presente na 25ª Conferência Nacional

25ª CONFERÊNCIA NACIONAL

BANCÁRIOS NA LUTA PELA DEMOCRACIA

Realizada nos dias 4, 5 e 6 de agosto, em São Paulo, a 25ª Conferência Nacional dos Bancários e Bancárias mostrou a necessidade de maior organização dos trabalhadores do ramo financeiro para ampliar a luta por reforma tributária com distribuição de renda, regulamentação das plataformas digitais, melhorar as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores, defender os bancos públicos e consolidar a democracia. No total, as plenárias contaram com 636 delegados e delegadas representantes da categoria de todo o país e 98 convidados.

O Pactu foi representado por Odair Camargo (Paranavaí), Ivan dos Santos (Guarapuava), Luís Marcelo Legnani (Campo Mourão), Fernando

Augusto Comasseto (Toledo) e Sara Dieni Alves Mazuchini da Cruz (Umuarama). Nos três dias de debates, os participantes aprovaram resoluções para orientar a luta pela reforma tributária com tributação progressiva, que promova a distribuição de renda, onere os mais ricos e promova isenção maior para os mais pobres, tributação sobre os latifúndios e grandes fortunas e isenção do Imposto de Renda na PLR, entre outros pontos. Também foram aprovadas várias propostas que nortearão as ações da categoria bancária na luta pela manutenção de direitos e novas conquistas.



Acesse e leia mais!

CAIXA AUMENTA A PRESSÃO SOBRE OS EMPREGADOS

A obsessão da direção da Caixa Econômica Federal pelo aumento no número de contratos de financiamentos e vendas de produtos agregados, está levando os empregados à exaustão. Sindicatos de bancários de todo o país têm recebido reclamações sobre as novas metas impostas pelo banco, com curva de crescimento de mais de 100% de um mês para o outro. Algumas deveriam ter sido cumpridas desde o início do ano, mas a regra foi definida somente agora. Numa live com os empregados, a Caixa teve coragem de dizer que quem não conseguiu atingir o objetivo no primeiro semestre, pode corrigir agora no segundo. Em muitas agências sequer existe dotação orçamentária suficiente para o volume de financiamentos exigido. “O orçamento necessário não existe, mas as metas desumanas, sistemas instáveis, equipamentos antigos, falta de orçamento para pagamento de hora extra, de suporte operacional e de valorização, continuam existindo”, denunciam os representantes dos empregados.

SEM CRISE

Bancos continuam lucrando muito

O balanço financeiro dos bancos, referente ao primeiro semestre deste ano, demonstra que para o setor financeiro, definitivamente, não existe crise. Lucro é significativo, num período de juros altos, diminuição de agências bancárias, demissão de funcionários, terceirização de vários setores e aumento das agências digitais. Os três principais bancos privados do Brasil obtiveram, juntos, um lucro líquido recorrente de R\$ 30,449 bilhões, no primeiro semestre deste ano. Esse lucro é calculado desconsiderando eventos extraordinários, como resultado com alienações de ativos, provisão para risco de crédito e receitas com dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JCP). O destaque é para o Itaú, com R\$ 17,2 bilhões, alta de 14,2% em relação ao mesmo período de 2022. O Bradesco alcançou R\$ 8,8 bilhões e o Santander lucrou R\$ 4,45 bilhões. O problema é que essa lucratividade fantástica não resultou em benefícios sociais, nem para os empregados e nem para a sociedade. Enquanto o Bradesco fechou um ciclo de 12 meses com 2.845 empregos, 139 agências, 316 PABs e 245 unidades de negócios a menos, o banco Itaú demitiu, somente no segundo trimestre, 1.419 trabalhadores. Em doze meses, foram fechadas 152 agências físicas do Itaú no Brasil. Já o Santander fechou 102 agências e 43 PABs e é um dos campeões no quesito terceirização.

Bancários do Santander devem desconfiar de acordo individual



O movimento sindical está orientando os trabalhadores e trabalhadoras do Santander a desconfiarem do acordo individual proposto pelo banco, sobre os questionamentos de condições de trabalho e contratação. A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander afirma que os empregados do banco devem ficar atentos. Na prática, o acordo retira direitos, piora as condições de trabalho e quer transformar seus trabalhadores em terceirizados. Escorado pelas mudanças promovidas pela reforma trabalhista aprovada depois do golpe de 2016, o Santander abandonou a comissão de acordos voluntários nos sindicatos. Desde 2017 tem procurado trabalhadores demitidos para oferecer acordos rápidos, mas em muitos deles os sindicatos já identificaram valores equivocados. O movimento sindical defende que o trabalhador procure a Justiça do Trabalho para reivindicar os seus direitos em sua totalidade.

SERVIDORES REAGEM À PROPOSTA DE ACABAR COM O SERVIÇO PÚBLICO

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que encaminhará para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, a chamada reforma administrativa. Ao prever a restrição da estabilidade no serviço público, a proposta cria cinco tipos de vínculos com o Estado e é lesiva para os servidores. Na prática, a PEC acaba com os serviços públicos do país, liberando as privatizações, terceirizações e contratações de Organizações Sociais (OSs). Essas mudanças abrem as portas para a entrada de apadrinhados políticos nas três esferas e podem facilitar o alastramento de esquemas de corrupção, prejudicando quem precisa de serviços públicos de qualidade, como saúde e educação, entre outros. Diante do posicionamento de Lira, que mais uma vez se manifesta sem dialogar com o funcionalismo, diversas entidades que representam os trabalhadores estão se mobilizando para pressionar o Congresso a rejeitar a proposta.



Retomada do PAC vai gerar emprego e renda

A transposição do Rio São Francisco, no Nordeste, foi uma das maiores obras realizadas através do PAC, nos governos Lula e Dilma



A taxa de desemprego no Brasil vem caindo e atingiu o seu menor índice para o segundo trimestre encerrado em junho, desde 2014, ficando em 8%, e a expectativa do governo federal é que este índice caia ainda mais a partir da retomada de obras paralisadas no país. Isto será possível com o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma das propostas entregues pela CUT e pelas demais centrais sindicais ao presidente Lula durante a campanha eleitoral de 2022. O programa foi relançado oficialmente no último dia 11/08, prevendo investimentos na ordem de R\$ 60 bilhões por ano, além de recursos das concessões públicas e Parcerias Público Privadas (PPPs). A previsão do governo federal é a de executar 2 mil obras no país em empreendimentos federais e estaduais. Esta é a terceira versão do PAC, criado em 2007, no governo Lula, com prioridade para obras de saneamento básico, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outras. O PAC 2 deu continuidade e ampliou programas como Minha Casa, Minha Vida, Luz Para Todos e ao projeto de universalização do acesso à água. O presidente da CUT, Sérgio Nobre, observa que a retomada do programa “trará impactos positivos na geração de empregos e renda, retomando o desenvolvimento econômico, social e sustentável do Brasil”.



Acesse e leia mais!

Com ajuda do TCU, Copel é privatizada

O governador do Paraná, Ratinho Junior, finalmente conseguiu o que queria: entregar a Copel nas mãos da iniciativa privada. O leilão de privatização da estatal aconteceu no dia 08/08, com a venda das ações na Bolsa de Valores. O preço alcançado foi de R\$ 5,2 bilhões, pagos por investidores nacionais e estrangeiros. No processo, o governo estadual foi “beneficiado” pela decisão do Tribunal de Contas da União, que livrou a Copel do pagamento do bônus de outorga pela concessão das hidrelétricas de Foz do Areia, Segredo e Salto Caxias. A obrigatoriedade desse pagamento poderia barrar a privatização e sem ela os cofres públicos sofreram um prejuízo estimado em R\$ 6 bilhões com a venda da Copel. Além disso, o Tribunal de Contas do Paraná (TCE), já havia barrado o processo licitatório após comprovar uma série de irregularidades denunciadas ao órgão pelo ex-funcionário da Copel, Claudio Behling. Na Carta ao TCE, ele alega que o processo de privatização é marcado por “irregularidades” e a pulverização do controle estatal na companhia foi feita sem licitação, processo obrigatório por lei. Por exemplo, os valores negociados foram analisados e aprovados pela própria empresa, e não pelo Estado do Paraná. Apesar da intensa mobilização dos movimentos sociais e de partidos de oposição, visando barrar a venda da Copel, o processo foi concluído. Com isso, o povo paranaense perde uma empresa de excelência, lucrativa e estratégica não só para o fornecimento de energia com preços justos, mas também no financiamento de programas sociais, ações ambientais e outras. As consequências podem ser desastrosas, como aumento do custo da energia sem que o governo possa interferir e risco de apagões, como se tem observado em outros estados que tomaram o mesmo caminho.